

INFORMATIVO DAS ÁGUAS



Nº 03 - ABRIL 2024 - INFORMATIVO DO COMITÊ PEIXE | GRUPO URUGUAI

Lançado o edital das Assembleias Setoriais Públicas do Comitê Peixe

Foi lançado no dia 17 de abril, o edital para as Assembleias Setoriais Públicas (ASPs) do Comitê Peixe, para a escolha das 30 organizações membro que farão parte da Gestão 2024-2028. Previstas na Resolução CERH nº 19/2017, as ASPs têm a finalidade de eleger, de forma democrática e participativa, as organizações, entidades ou órgãos representantes dos três segmentos que compõem o Comitê Peixe: Usuários de Água (12 vagas), População da Bacia (12 vagas) e Órgãos da Administração Federal e Estadual (6 vagas).

As inscrições ficarão abertas no período de 17 de abril a 10 de julho de 2024. As organizações, órgãos ou entidades interessadas em habilitar-se para concorrer a uma vaga no Comitê Peixe, deverão inscrever-se exclusivamente pelo e-mail

“comite.peixe@gmail.com”, mediante o envio dos documentos indicados no edital, digitalizados em formato PDF. A habilitação para participação nas ASPs é condicionada ao recebimento, no prazo previsto, e análise pela Secretaria Executiva do Comitê de todos os documentos.

As ASPs legitimam a representatividade do Comitê em todas as esferas, dando sustentação às ações e deliberações tomadas pela plenária. A participação dos segmentos Usuários de Água, População da Bacia e Órgãos da Administração Federal e Estadual é imprescindível para que o Comitê continue atuando com força e vigor nas ações relacionadas à gestão dos recursos hídricos e nas atividades educativas, que fomentem a preservação da água e de todos os recursos naturais.

ASSEMBLEIAS SETORIAIS PÚBLICAS

Acesse o edital e saiba como habilitar a sua entidade para participar das Assembleias Setoriais Públicas e torná-la uma das organizações membro do Comitê Peixe na gestão 2024-2028.



INSCRIÇÕES
ABERTAS

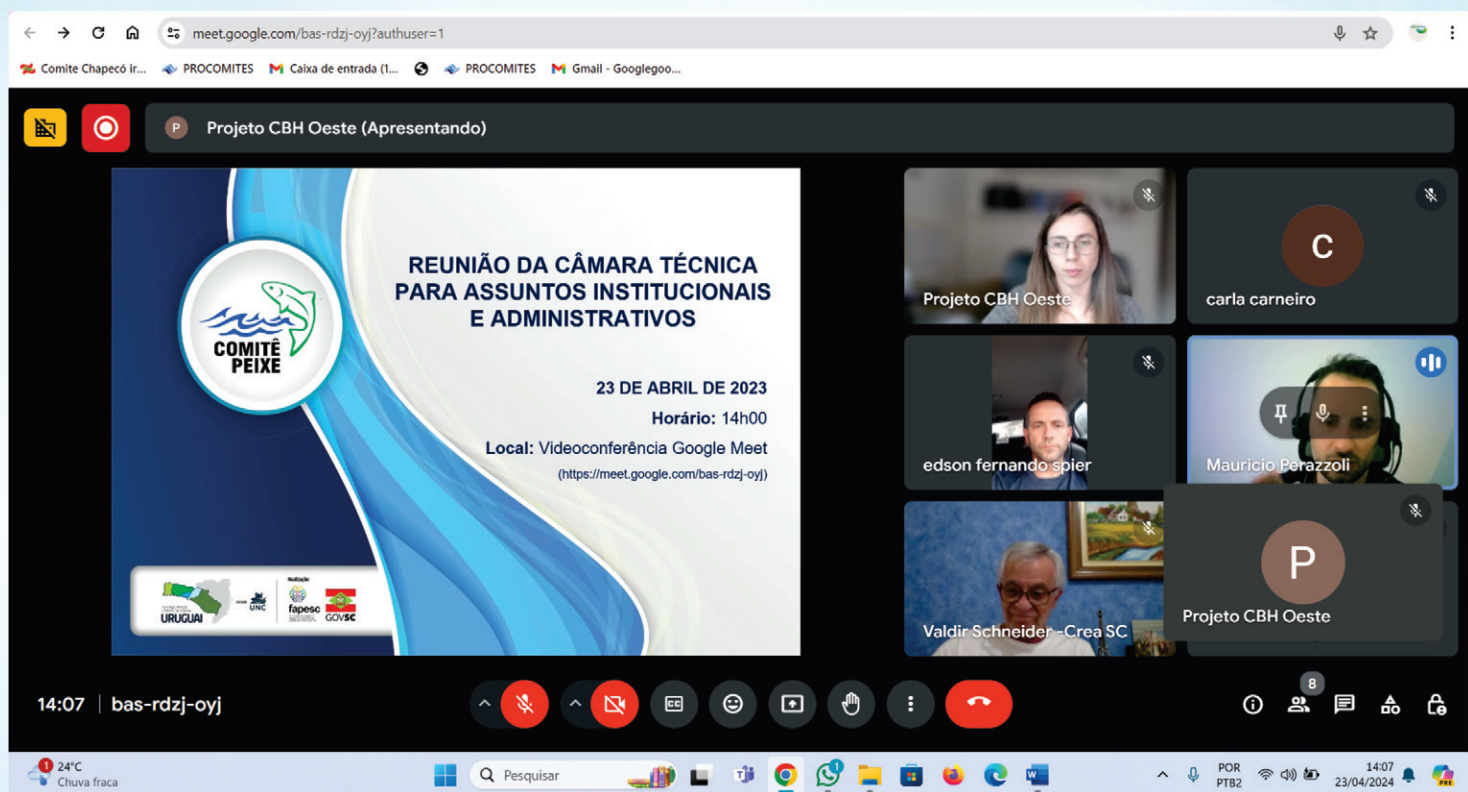
PERÍODO DE INSCRIÇÃO:
17/04/24 a 10/07/24

ESCANEIE O
QR CODE PARA
ACESSAR O EDITAL





Câmara Técnica discute encaminhamentos para o XVI Fórum do Comitê Peixe



Na tarde do dia 23 de abril, realizou-se a primeira reunião da Câmara Técnica para Assuntos Institucionais e Administrativos (CTAIA) do Comitê Peixe no ano de 2024. O grupo reúne representantes dos três segmentos que integram o Comitê (usuários de água, população da bacia e órgãos da administração federal e estadual) e tem como finalidade dar apoio técnico-científico e institucional, visando auxiliar a plenária em todas as suas deliberações e no bom desempenho das suas atividades.

Ocorrida por meio de videoconferência, a ocasião teve como pauta principal o encaminhamento da organização do XVI Fórum do Comitê Peixe, previsto para ser realizado no mês de outubro. O evento, tradicional na bacia hidrográfica, teve sua primeira edição realizada em meados de 2006 em diversos municípios do território. O objetivo principal do Fórum é abordar temas de relevante interesse ambiental, social e econômico junto aos diversos atores da sociedade, enfatizando a importância dos recursos hídricos e a sua interação com todas as atividades.

Levando em consideração o histórico dos eventos já realizados e as principais discussões em vigor atualmente, os integrantes da Câmara Técnica propuseram quatro possíveis temas para a décima sexta edição do Fórum: 1) Universalização do saneamento básico; 2) Outorga e cobrança de uso da água; 3) Áreas de Preservação Permanente nos ambientes rural e urbano; 4) Escassez hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe. As temáticas serão levadas ao conhecimento de todo o colegiado, que fará a escolha de apenas uma para ser trabalhada no evento deste ano.

Outro assunto pautado pelo grupo foi a retomada do diagnóstico do saneamento básico da Bacia do Rio do Peixe. Conforme apresentado pela assessora técnica da Entidade Executiva UNC, Eng^a

Laís Bruna Verona, o Comitê Peixe iniciou as discussões sobre o tema em questão há alguns anos, junto às companhias de abastecimento de água e esgotamento sanitário da bacia. Dentre os objetivos delimitados na época, estava a realização do levantamento dos pontos de captação e tratamento de água, das estações de tratamento de esgoto e dos dados de qualidade e quantidade de água captada e distribuída, além da criação de um sistema integrado de informações no site do Comitê. Laís destacou que a intenção é retomar a discussão para levar a atividade adiante. Como encaminhamento, os integrantes da Câmara Técnica sugeriram a convocação de nova reunião do grupo, convidando as concessionárias de saneamento da bacia para participarem e contribuírem com ideias para a implementação do trabalho na bacia.





Comitês encaminharão moção de repúdio ao Projeto de Lei 2.918/2021

Os Comitês de Bacias Hidrográficas de Santa Catarina encaminharão uma moção de repúdio contra a aprovação do Projeto de Lei 2.918/2021, que retira recursos financeiros para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). O tema foi tratado durante a reunião do Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas, que contou com a presença do Presidente do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Maurício Marques Scalon; do Gerente de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e do Vinícius Tavares Constante, do coordenador técnico da Entidade vinculada a Universidade do Contestado (UNC), André Leão, e técnicos das demais Entidades Executivas que assessoram os Comitês Catarinenses.

“Irá ocorrer a retirada de recursos destinados aos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) de 0,75% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, considerando que a maior parcela desta compensação é distribuída aos municípios. O PL 2.918/2021, prevê a extinção do percentual de 0,75% destinado à implementação da política nacional de recursos hídricos e do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos”, explica o presidente do Comitê Chapecó e Irani, Clenoir Antônio Soares.

Conforme Clenoir, cada Comitê fará uma moção que será encaminhada à Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal. “Foi realizada uma reunião com os presidentes dos CBHs catarinenses e a equipe da SEMAE, com a presença do coordenador Geral do FNCBH, e ficou definido que será elaborada uma moção de cada CBH. Os documentos serão encaminhados para as esferas nacionais, solicitando a não aprovação desse PL”, pontua. “As moções explicam o problema da perda deste percentual em valores e o enfraquecimento da gestão dos recursos hídricos, também solicita que os representantes políticos votem contra a aprovação”, acrescenta.

O presidente do CBH Chapecó e Irani, Clenoir Antônio Soares, assinala que a expectativa dos CBHs é de que, com a sensibilização das esferas políticas, o projeto de lei não seja aprovado. “Os representantes dos CBHs Catarinense e Nacional esperam que sejam entendidas as justificativas e que o projeto de lei não seja aprovado. Atualmente (e há muitos anos) temos problemas com falta de recursos para a gestão dos recursos hídricos e reduzir a receita federal aumenta as dificuldades no segmento”, sublinha.



COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DO PEIXE E BACIAS CONTIGUAS

MOÇÃO Nº 006, DE 22 DE ABRIL DE 2024

Moção “ad referendum” de repúdio ao Projeto de Lei Federal nº 2.918/2021 que altera a compensação financeira municipal pela exploração dos recursos hídricos, destinada aos Senadores Catarinenses e à Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe e Bacias Contíguas (Comitê Peixe), criado pelo Decreto Estadual nº 2.772, de 09 de agosto de 2001 e pelo Decreto Estadual nº 835 de 15 de setembro de 2020, composto por 30 entidades empossadas por meio de assembleias setoriais públicas, englobando 28 municípios na região meio oeste do estado de Santa Catarina, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pela Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, e pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 669 de 17 de junho de 2020, em conformidade com a Resolução CERH nº 19 de 19 de setembro de 2017, e

Considerando o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, que é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Considerando os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), artigo 1º da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que afirma que a água é um bem de domínio público, que a gestão do recurso hídrico deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e da comunidade, e que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da PNRH e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH).

Considerando que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH): o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, os Comitês de Bacia Hidrográfica, os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e por fim as Agências de Água.

Considerando que a Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH) corresponde à indenização, a ser paga pelas usinas hidrelétricas, pela exploração de recursos hídricos para geração de energia elétrica.





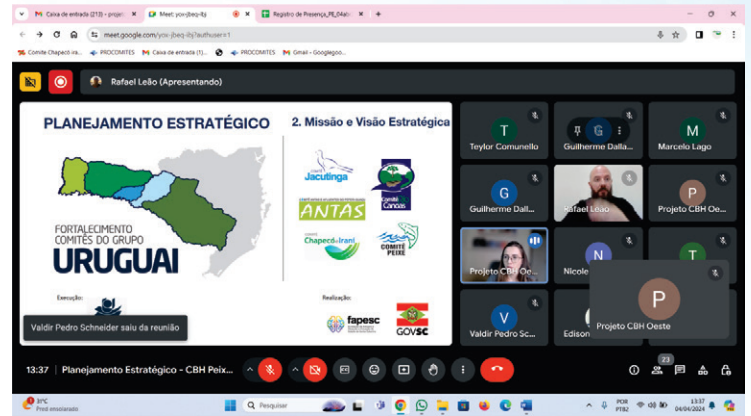
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Definida a Missão e a Visão Estratégica do Comitê Peixe

Na tarde do dia 04 de abril, foi realizada a segunda etapa do Planejamento Estratégico com os representantes das organizações-membro do Comitê Peixe. O encontro, que ocorreu de forma virtual, foi conduzido pelo Técnico de Gestão Ambiental da Entidade Executiva UNC, Sr. Rafael Leão, e contou com a participação de 27 pessoas, sendo 22 representantes de organizações-membro. O objetivo central do encontro foi a discussão e a elaboração da Missão e da Visão Estratégica do Comitê Peixe.

Conduzindo as dinâmicas, o Sr. Rafael Leão instigou os participantes a pensarem sobre a missão do comitê de bacia. Por meio de uma metodologia dinâmica, ao final dos trabalhos, definiu-se que a missão do Comitê Peixe é “Promover o debate e deliberar ações de forma contínua e participativa para a gestão dos recursos hídricos, visando o desenvolvimento e a sustentabilidade da Bacia do Rio do Peixe”.

Para a definição da Visão Estratégica, o Engenheiro Rafael incentivou os participantes a refletirem sobre o ideal e as aspirações a respeito do futuro, ou ainda, pensarem na visão estratégica como uma bússola para o Comitê, com o intuito de direcionar e indicar onde se pretende chegar em determinado período de tempo. Com isso, após



intensas discussões em grupo, definiu-se que a Visão Estratégica do Comitê Peixe é “Ser referência na articulação de ações para a proteção dos recursos hídricos, na informação e mediação de conflitos, de forma participativa na Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe (até 2029).”

Terceira etapa será dia 08 de maio

Planejamento Estratégico do Comitê Peixe

08/05 | 3ª ETAPA
13h30 às 17h

Local: Sala A14
Bloco A | UNOESC Videira

Construção dos objetivos e planos estratégicos de ação

Público-alvo: Representantes das organizações membro do Comitê Peixe

O Planejamento Estratégico é um processo de reflexão de longo prazo, e constrói, de forma participativa, as metas e estratégias para contribuir com as atribuições legais do Comitê, em prol da gestão da água no território.

ESCANEE O QR CODE PARA PARTICIPAR

Logos: UNOESC URUGUAI, UNC, fapesc, SEMAE

O Comitê Peixe irá realizar no dia 08 de maio, das 13h30 às 17h00, na UNOESC Videira, a terceira etapa da elaboração do Planejamento Estratégico. O foco deste encontro será a construção dos objetivos e planos estratégicos de ação. O público alvo são os representantes das organizações-membro. O Planejamento Estratégico é um processo de reflexão de longo prazo e constrói, de forma participativa, as metas e estratégias para contribuir com as atribuições legais do Comitê em prol da gestão da água no território.

Para finalizar com êxito o planejamento, a terceira e última etapa irá compreender o desenvolvimento das estratégias e dos planos de ação a serem seguidos pelo Comitê nos próximos anos para atingir os objetivos traçados.

Desde o ano de 2023, o Comitê Peixe está inserido do Projeto Uruguai-Oeste de Comitês de Bacias Hidrográficas, que tem como Entidade Executiva a Universidade do Contestado e como Agência Financiadora a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). A Bacia do Rio do Peixe é formada pelos seguintes municípios: Água Doce, Alto Bela Vista, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Campos Novos, Capinzal, Erval Velho, Fraiburgo, Herval D'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Macieira, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Videira e Zortéa.